

## Enquadramento normativo

- **Lei n.º 31/2002 de 20 de dezembro**  
Sumário: Aprova o sistema de avaliação da educação e do ensino não superior, desenvolvendo o regime previsto na Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo)
- **Despacho n.º 370/2006 de 3 de maio**  
Sumário: Cria um grupo de trabalho com a atribuição de definir os referenciais para a auto-avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. /1º ciclo de Avaliação externa (IGEC)
- **Despacho n.º 4150/2011 de 4 de março**  
Sumário: Cria sob a coordenação da Inspeção-Geral da Educação, um grupo de trabalho com a missão de apresentar uma proposta de modelo para o novo ciclo do Programa de Avaliação Externa das Escolas (AEE). /2º ciclo de Avaliação externa (IGEC)
- **Despacho n.º 13342/2016 de 9 de novembro**  
Sumário: Criação do Grupo de Trabalho de Avaliação Externa das Escolas. /3º ciclo de Avaliação externa (IGEC)
- **Despacho n.º 6478/2017 de 26 de julho**  
Sumário: Homologa o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória
- **Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho**  
Sumário: Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva
- **Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho**  
Sumário: Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens.
- **Portaria n.º 181/2019 de 11 de Junho**  
Sumário: Define os termos e as condições em que as escolas, no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular, podem implementar uma gestão superior a 25 % das matrizes curriculares-base das ofertas educativas e formativas dos ensinos básico e secundário